

MORRE TANCREDO, NÃO A ESPERANÇA**Mudar é necessário, dizem políticos****CARLOS MANENTE**
Enviado especial

Os políticos, praticamente sem exceção, falam de mudanças profundas na vida social, política e econômica, na Nova República. Mas o governador Hélio Garcia, aproveitando o ímpeto de mudanças, inaugurou uma nova modalidade de cerimônias de sepultamento ontem, em São João del Rey.

Depois de decidir que discursaria à beira do túmulo de Tancredo Neves, ele exigiu: queria um local adequado para posicionar-se e, para isso, exigiu um parlatório. Atônito, o pessoal do cerimonial do Palácio do Planalto precisou improvisar, à beira do túmulo, uma espécie de púlpito de madeira, com local onde o governador pudesse depositar as folhas de seu discurso, ou, distraidamente, repousar sua mão, entre duas frases de efeito, sob as luzes dos refletores das emissoras de televisão.

“Um dos maiores complicadores da política é a vaidade humana”, sentenciou, mais tarde, um experiente político da Frente Liberal, e lembrou que José Sarney terá que prestar muita atenção aos pequenos detalhes, para ter sucesso na difícil missão de consolidar o trabalho iniciado por Tancredo Neves. “Em boa parte das vezes, a discórdia acontece em torno de pequenas e inexpressivas coisas, e é preciso ter muito ta-

lento para contorná-las. Isso não faltava a Tancredo Neves.”

O Ministério

Mas também houve assuntos importantes discutidos. Está confirmada para a próxima semana uma reunião do Ministério de José Sarney, em que, provavelmente, todos os ministros colocarão seus cargos à disposição do novo presidente da República. E aí começam as discordâncias entre as diversas tendências que compõem a Aliança Democrática, que Tancredo Neves conseguiu compor.

Para muitos, o melhor que José Sarney teria a fazer seria manter as coisas exatamente como estão. “Até para Tancredo Neves foi muito difícil fazer toda essa costura, conseguir harmonizar forças tão dissonantes, numa equipe coesa, atendendo, com isso, a todas as correntes que compuseram a Aliança. Desmanchar tudo isso, agora, será um verdadeiro desastre”, comentou um parlamentar. O governador Esperidião Amin, de Santa Catarina, é dos que concordam com esse ponto de vista: “Esse Ministério foi um trabalho de Tancredo, e nenhum de nós tem o direito de questioná-lo. Foi uma tarefa árdua do ex-presidente, uma atribuição que ele chamou para si e um de

seus últimos trabalhos. É uma tarefa que tem de ser preservada”.

Há, contudo, quem discorde. O deputado Roberto Cardoso Alves, por exemplo, embora reconheça em Tancredo Neves “condições pessoais para a tarefa política que José Sarney não tem”, acredita que o novo presidente “deve dispor livremente de todos os cargos do Ministério. Caso contrário, não poderá ser chamado à responsabilidade, quando alguma coisa não correr bem no governo”.

José Aparecido, ministro da Cultura, acredita ser “um dever ético” de todo o Ministério deixar os cargos à disposição, “para que o presidente decida como ficará a equipe que irá compor”. Fernando Lyra, ministro da Justiça, acredita, contudo, que “essa questão não está colocada, e o assunto não foi tratado entre os ministros”. Ele negou, também, que essa renúncia coletiva seja o tema da pauta da reunião que o Ministério realizará, nos próximos dias.

Medidas urgentes

As correntes mais à esquerda, dentro do PMDB, entendem que José Sarney deve avançar ainda mais do que o próprio Tancredo Neves pretendesse fazê-lo. “Nesta altura, mais do que nunca, são necessárias medidas urgentes e profundas, para

que o povo confie na Nova República. Tancredo Neves possuía essa confiança naturalmente, que lhe foi dada em confiança pela população. Quem não a possui, precisa conquistá-la.”

Itamar Franco, que foi um dos últimos parlamentares a concordar em dar seu voto a Tancredo Neves no



colégio eleitoral — ele defendia as eleições diretas — acha que o problema do Ministério de Sarney é profundo, mas menos pelas pessoas que pela composição. “Qualquer ministro é demissível apenas pela vontade do presidente. É importante, no entanto, que prossiga essa simbiose, esse

entendimento nascido com a chapa Tancredo-Sarney. São estas forças que, juntas, nos dão a certeza de que nunca mais este país será governado por forças autoritárias, que prevaleceram durante mais de vinte anos.”

“Pessoas — afirmou Franco — podem mudar. O que não pode ser alterado é a credibilidade conseguida por Tancredo Neves, que conseguiu transformar em legítimo um processo ilegítimo, com a mensagem básica de que seria implantado um Brasil, a partir de agora, com mais justiça social e igualdade.”

Mais para o PMDB

Embora integre a Frente Liberal, o senador Marcondes Gadelha, da Paraíba, prevê que, embora seja mantido o equilíbrio de forças entre a Frente Liberal e o PMDB, no governo Sarney, deverá existir uma leve tendência para favorecer o partido presidido por Ulysses Guimarães. Mas ele também não acredita em mudanças ministeriais, e acha que a reunião do Ministério, na próxima semana, visará, primordialmente, a agilizar medidas do governo. “Aliás” — observou — “José Sarney já foi bastante ágil em seu discurso, logo após a morte de Tancredo Neves, que teve como objetivos claros a tentativa de restaurar a confiança do povo

na ação do governo e tentar atenuar um receio de recessão”.

Quanto ao Ministério, Marcondes Gadelha entende que “o atual é fruto de uma composição extremamente sofisticada e complicada. O resultado foi uma equipe eclética e diferenciada, que se coordenou apenas graças ao talento de Tancredo Neves. Pôr agora os cargos à disposição será apenas um formalismo desnecessário”.

Ele entende, além disso, que “o critério do ex-presidente para formar sua equipe de assessores de primeiro escalão, foi o binômio probidade, competência. Se os ministros possuíam essas virtudes com Tancredo, certamente também as terão com Sarney”.

Parlamentarismo

Sob Sarney, contudo, haverá mudanças significativas, na opinião do senador, e a primeira delas será “um Congresso muito fortalecido”. Ele acredita que, a partir de agora, um novo tema será lançado para a discussão pública: a instalação do regime parlamentarista no País. “Esse assunto, embora ainda esteja distante da opinião pública e de um debate mais amplo é quase consensual, dentro do Congresso: cerca de 80% dos parlamentares são a favor do parlamentarismo”, informou.